

**Ofício 5.164/2023**

---

**De:** ALINE W. - GAB

**Para:** Câmara Municipal de Vereadores

**Data:** 18/09/2023 às 16:13:03

**Setores envolvidos:**

GAB, GAB - PREFEITO MUNICIPAL

## **Resposta pedido de informações nº 104/2023**

**Sr. Presidente,**

**Srs. Vereadores;**

Ao cumprimentá-los cordialmente, venho por meio deste encaminhar resposta da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos ao pedido de informações feito pela Senhora Vereadora Iasmin Roloff Rutz- Bancada do PT, sob protocolo da Casa de número 104/2023, em anexo seguem as informações.

Sem mais para o momento despeço-me permanecendo a disposição.

Atenciosamente,

**Marcus Vinicius Muller Pegoraro**

**Prefeito Municipal**

—  
**Aline Dutra Weber**

**Chefe de Gabinete do Prefeito**

### **Anexos:**

decreto\_9\_185\_2022\_nomeia\_membros\_CONSELHO\_DE\_DIREITOS\_DA\_MULHER\_1\_2\_.pdf

Lei\_5\_209\_2021\_Conselho\_Direitos\_da\_Mulher.pdf

resposta\_pedido\_104\_2023.pdf



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 4BB0-A0E6-6219-26A9

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO (CPF 008.XXX.XXX-40) em 18/09/2023 16:13:24  
(GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: AC VALID RFB v5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5  
(Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cangucu.1doc.com.br/verificacao/4BB0-A0E6-6219-26A9>

## Memorando 6- 18.618/2023

**De:** Luciara L. - SMAPC - DAP

**Para:** GAB - Gabinete do Prefeito - A/C Mauricio G.

**Data:** 13/09/2023 às 15:00:37

**Setores envolvidos:**

GAB, SMA, SMA - ADM, SMASDH, SMAPC - DAP

### Pedido de informações nº 104/2023

Prezada!

Em resposta ao pedido de informação 104/2023, vimos por meio deste fazer os esclarecimentos referentes aos questionamentos feitos sobre o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher conforme descrito abaixo:

\* Qual a atual composição do Conselho da Mulher? Quem compõe e qual organização representa (titulares e suplentes)? Em anexo;

\* Qual o período de atuação de cada gestão do Conselho? O período de atuação é de 2 anos, sendo permitida a recondução por igual período.

\* Qual a previsão de data da eleição para o Conselho da Mulher e quais tramites são seguidos para realização da mesma?

O período previsto para a próxima eleição é Dezembro de 2023, tomando por base que a ultima eleição com posse em 22 de dezembro de 2021 atuará até Dezembro de 2023.

\* Qual caminho para ser membro com direito a voto no Conselho? Para além das instituições representadas?

A representação do Conselho é composta 10 Conselheiras Titulares+ 10 Suplentes por 5 membros Governamentais e 5 Entidade Civil com seus respectivos suplentes. Terá direito a voto somente as Instituições representadas( Titulares, na ausência destes os suplentes votam);

\* Com relação ao Estatuto do Conselho da Mulher está sob análise do jurídico municipal, em anexo encaminho a lei 5209/2021 que Estabelece as Políticas para as Mulheres e Regulamenta o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e da Outras Providências

**Anexos:**

decreto\_9\_185\_2022\_nomeia\_membros\_CONSELHO\_DE\_DIREITOS\_DA\_MULHER\_1\_2\_.pdf

Lei\_5\_209\_2021\_Conselho\_Direitos\_da\_Mulher.pdf



MUNICÍPIO DE  
**CANGUÇU**

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

Prefeitura Municipal de Canguçu  
Estado do Rio Grande do Sul

**DECRETO Nº 9.185/2022**

**“ALTERA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER - E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

**MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO**, Prefeito Municipal de Canguçu, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e em conformidade com a Lei nº 5.209/2021, de 18.11.2021;

**DECRETA:**

**ART.1º** - Ficam nomeados para o **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER**, os seguintes representantes das entidades referidas no artigo 7º da Lei nº 5.209/2021, de 18.11.2021:

**I – Representantes do Poder Público:**

**a) Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos:**

- Titular: Luciara Luna Lira
- Suplente: Neusa da Silva Doring

**b) Secretaria Municipal da Fazenda:**

- Titular: Fabiane da Silva Matias
- Suplente: Monica Gerke Westphall

**c) Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura:**

- Titular: Elizane Pegoraro Bertinetti
- Suplente: Amanda Basílio Barbosa

**d) Secretaria Municipal de Saúde:**

- Titular: Andreia Coelho Bettin
- Suplente: Liziane Lacerda Lange

**e) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Urbanismo:**

- Titular: Mara Viviane Gruppelli Konrad
- Suplente: Luciara Nunes Teixeira

**II- Entidades representativas da Sociedade Civil Organizadas:**

**a) Representantes do Rotary Club de Canguçu/RS:**

- Titular: Izair de Vasconcelos Leal
- Suplente: Rosane dos Santos Zanetti

**b) Representantes da EMATER RS:**

- Titular: Sheila Lopes dos Santos
- Suplente: Cleria Terezinha Jacondino



MUNICÍPIO DE  
**CANGUÇU**

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

Prefeitura Municipal de Canguçu  
Estado do Rio Grande do Sul

**c) Representantes da Associação do Comércio, Indústria e Serviços de Canguçu-ACICAN :**

- Titular: Patricia Borges Almeida
- Suplente: Thais Kohls

**d) Representantes da OAB:**

- Titular: Lia Gularte Leal
- Suplente: Diana Vargas Oliveira da Silva

**e) Representantes das Etnias:**

- Titular: Maica Tainara Soares Ferreira
- Suplente: Laura Storch

**ART. 2º** - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE  
CANGUÇU/RS., 05 DE AGOSTO DE 2022.

**MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO**  
Prefeito Municipal

**Registre-se e Publique-se**

**Aline Dutra Weber**  
Chefe de Gabinete do Prefeito



MUNICÍPIO DE  
**CANGUÇU**

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

## **LEI Nº. 5.209/2021**

**“ESTABELECE AS POLÍTICAS MUNICIPAIS  
PARA AS MULHERES E REGULAMENTA O  
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA  
MULHER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

**MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO**, Prefeito Municipal de Canguçu, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

**FAÇO SABER**, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

### **SEÇÃO I**

#### **DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

- Art. 1º** - A Política Municipal para as Mulheres tem como compromisso e desafio promover a igualdade e equidade de gênero, com respeito às diversidades de raça e etnia, gerações, orientação sexual e deficiências, e orientar-se-á pelos princípios da igualdade e respeito à diversidade, da equidade, da autonomia das mulheres, da laicidade do Estado, da universalidade das políticas, da justiça social, da transparência dos atos públicos e da participação e controle social.
- Art. 2º** - A Política Municipal para as Mulheres será desenvolvida através de programas e projetos, com a participação da comunidade através do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, diretamente, por ações governamentais e, indiretamente, por meio de organizações não governamentais, mediante a transferência de recursos, subvenções e auxílios, através de termos de cooperação ou convênios.
- Art. 3º** - A Política Municipal para as Mulheres beneficiará mulheres índias, negras, lésbicas, idosas, jovens, com deficiência, ciganas, profissionais do sexo, rurais, urbanas, entre outras.
- Art. 4º** - O Conselho Municipal da Mulher, instituído pela Lei Nº 3.603/2011 de 08/08/2011, passa a denominar-se Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM, sendo regrado por esta lei como órgão colegiado de natureza consultiva, propositiva, fiscalizadora e deliberativa, vinculado a Secretaria Municipal de Assistência Social.



MUNICÍPIO DE  
**CANGUÇU**

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

## SEÇÃO II

### DA FINALIDADE E DA COMPETÊNCIA

**Art. 5º** - O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM, tem por finalidade, formular e propor diretrizes de ação governamental voltadas à promoção dos direitos das mulheres e atuar no controle social de políticas públicas de igualdade de gênero.

**Art. 6º** - Ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM compete:

I - participar na elaboração de critérios e parâmetros para o estabelecimento e implementação de metas e prioridades que visem a assegurar as condições de igualdade às mulheres;

II - apresentar sugestões para a elaboração do planejamento plurianual do Município, o estabelecimento de diretrizes orçamentárias e a alocação de recursos no Orçamento Anual do Município, visando subsidiar decisões governamentais relativas à implementação do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres;

III - propor a adoção de mecanismos e instrumentos que assegurem a participação e o controle social sobre as políticas públicas para as mulheres;

IV - acompanhar, analisar e apresentar sugestões em relação ao desenvolvimento de programas e ações governamentais e a execução de recursos públicos para eles autorizados, com vistas à implementação do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres;

V - manifestar-se sobre o mérito de iniciativas legislativas que tenham implicações sobre os direitos das mulheres;

VI - propor estratégias de ação visando ao acompanhamento, avaliação e fiscalização das políticas de igualdade para as mulheres, desenvolvidas em âmbito municipal, bem como a participação social no processo decisório relativo ao estabelecimento das diretrizes dessas políticas;

VII - apoiar o Poder Executivo na articulação com outros órgãos da administração pública federal estaduais;

VIII - participar da organização das conferências municipais de políticas públicas para as mulheres;

IX - articular-se com órgãos e entidades públicos e privados, visando incentivar e aperfeiçoar o relacionamento e o intercâmbio sistemático sobre a promoção dos direitos da mulher, e

X - articular-se com os movimentos de mulheres, conselhos federal e estaduais dos direitos da mulher e outros conselhos setoriais, para ampliar a cooperação mútua e estabelecimento de estratégias comuns de implementação de ações para a igualdade e equidade de gênero e fortalecimento do processo de controle social.

### SEÇÃO III

#### DA COMPOSIÇÃO E DO FUNCIONAMENTO

**Art. 7º** - O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM será composto por 10 (dez) Representantes, que serão denominadas Conselheiras, com as suas respectivas suplentes, nomeadas pelo Prefeito Municipal, sendo constituída por 05 (cinco) representantes do Poder público e 05 (cinco) representantes do de órgãos da sociedade civil de atendimento direto às mulheres, capacitação e qualificação profissional e que desenvolva, estudos e pesquisas referentes aos direitos da mulher.

§ 1º O desempenho da função de membro do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM será gratuito e considerado de relevância para o Município.

**Art. 8º** - O mandato dos integrantes do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM será de dois (02) anos, permitida recondução por igual período.

**Art. 9º** - O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM formalizará suas deliberações por meio de resoluções, as quais serão publicadas no site e mural da Prefeitura e/ou jornal de grande circulação no Município.

### SEÇÃO IV

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 10** - Para atender ao disposto na presente Lei o Poder Executivo fará constar nos orçamentos futuros dotações para auxílio e subvenções a entidade e pessoas.

**Art. 11** - O Poder Executivo, ouvido o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, regulamentará no que couber, esta Lei.

**Art. 12** - As despesas decorrentes desta Lei serão atendidas no presente exercício, pelas dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Assistência Social.

**Art. 13** - Revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 3.603/2011 de 08.08.2011 e Lei nº 4.274/2015 de 31/07/2015, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CANGUÇU**  
CANGUÇU/RS, 18 DE NOVEMBRO DE 2021.

**MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO**  
Prefeito Municipal

**Registre-se e Publique-se**

**ROBERTA O. DA SILVA COUTINHO**  
Chefe de Gabinete do Prefeito



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: C9F4-9B2C-1E1B-08CD

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



CAREM ELUZA BRAGA QUINTANA (CPF 004.XXX.XXX-31) em 13/09/2023 16:17:37 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



ELIEZER JORGE TIMM (CPF 026.XXX.XXX-08) em 18/09/2023 09:56:06 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cangucu.1doc.com.br/verificacao/C9F4-9B2C-1E1B-08CD>



MUNICÍPIO DE  
**CANGUÇU**

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

## **LEI Nº. 5.209/2021**

**“ESTABELECE AS POLÍTICAS MUNICIPAIS PARA AS MULHERES E REGULAMENTA O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

**MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO**, Prefeito Municipal de Canguçu, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

**FAÇO SABER**, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

### **SEÇÃO I**

#### **DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** - A Política Municipal para as Mulheres tem como compromisso e desafio promover a igualdade e equidade de gênero, com respeito às diversidades de raça e etnia, gerações, orientação sexual e deficiências, e orientar-se-á pelos princípios da igualdade e respeito à diversidade, da equidade, da autonomia das mulheres, da laicidade do Estado, da universalidade das políticas, da justiça social, da transparência dos atos públicos e da participação e controle social.

**Art. 2º** - A Política Municipal para as Mulheres será desenvolvida através de programas e projetos, com a participação da comunidade através do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, diretamente, por ações governamentais e, indiretamente, por meio de organizações não governamentais, mediante a transferência de recursos, subvenções e auxílios, através de termos de cooperação ou convênios.

**Art. 3º** - A Política Municipal para as Mulheres beneficiará mulheres índias, negras, lésbicas, idosas, jovens, com deficiência, ciganas, profissionais do sexo, rurais, urbanas, entre outras.

**Art. 4º** - O Conselho Municipal da Mulher, instituído pela Lei Nº 3.603/2011 de 08/08/2011, passa a denominar-se Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM, sendo regido por esta lei como órgão colegiado de natureza consultiva, propositiva, fiscalizadora e deliberativa, vinculado a Secretaria Municipal de Assistência Social.



MUNICÍPIO DE  
**CANGUÇU**

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

## SEÇÃO II

### DA FINALIDADE E DA COMPETÊNCIA

**Art. 5º** - O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM, tem por finalidade, formular e propor diretrizes de ação governamental voltadas à promoção dos direitos das mulheres e atuar no controle social de políticas públicas de igualdade de gênero.

**Art. 6º** - Ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM compete:

I - participar na elaboração de critérios e parâmetros para o estabelecimento e implementação de metas e prioridades que visem a assegurar as condições de igualdade às mulheres;

II - apresentar sugestões para a elaboração do planejamento plurianual do Município, o estabelecimento de diretrizes orçamentárias e a alocação de recursos no Orçamento Anual do Município, visando subsidiar decisões governamentais relativas à implementação do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres;

III - propor a adoção de mecanismos e instrumentos que assegurem a participação e o controle social sobre as políticas públicas para as mulheres;

IV - acompanhar, analisar e apresentar sugestões em relação ao desenvolvimento de programas e ações governamentais e a execução de recursos públicos para eles autorizados, com vistas à implementação do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres;

V - manifestar-se sobre o mérito de iniciativas legislativas que tenham implicações sobre os direitos das mulheres;

VI - propor estratégias de ação visando ao acompanhamento, avaliação e fiscalização das políticas de igualdade para as mulheres, desenvolvidas em âmbito municipal, bem como a participação social no processo decisório relativo ao estabelecimento das diretrizes dessas políticas;

VII - apoiar o Poder Executivo na articulação com outros órgãos da administração pública federal estaduais;

VIII - participar da organização das conferências municipais de políticas públicas para as mulheres;

IX - articular-se com órgãos e entidades públicos e privados, visando incentivar e aperfeiçoar o relacionamento e o intercâmbio sistemático sobre a promoção dos direitos da mulher, e

X - articular-se com os movimentos de mulheres, conselhos federal e estaduais dos direitos da mulher e outros conselhos setoriais, para ampliar a cooperação mútua e estabelecimento de estratégias comuns de implementação de ações para a igualdade e equidade de gênero e fortalecimento do processo de controle social.



MUNICÍPIO DE  
**CANGUÇU**

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

### **SEÇÃO III**

#### **DA COMPOSIÇÃO E DO FUNCIONAMENTO**

**Art. 7º** - O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM será composto por 10 (dez) Representantes, que serão denominadas Conselheiras, com as suas respectivas suplentes, nomeadas pelo Prefeito Municipal, sendo constituída por 05 (cinco) representantes do Poder público e 05 (cinco) representantes do de órgãos da sociedade civil de atendimento direto às mulheres, capacitação e qualificação profissional e que desenvolva, estudos e pesquisas referentes aos direitos da mulher.

§ 1º O desempenho da função de membro do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM será gratuito e considerado de relevância para o Município.

**Art. 8º** - O mandato dos integrantes do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM será de dois (02) anos, permitida recondução por igual período.

**Art. 9º** - O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM formalizará suas deliberações por meio de resoluções, as quais serão publicadas no site e mural da Prefeitura e/ou jornal de grande circulação no Município.

### **SEÇÃO IV**

#### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 10** - Para atender ao disposto na presente Lei o Poder Executivo fará constar nos orçamentos futuros dotações para auxílio e subvenções a entidade e pessoas.

**Art. 11** - O Poder Executivo, ouvido o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, regulamentará no que couber, esta Lei.

**Art. 12** - As despesas decorrentes desta Lei serão atendidas no presente exercício, pelas dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Assistência Social.

**Art. 13** - Revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 3.603/2011 de 08.08.2011 e Lei nº 4.274/2015 de 31/07/2015, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



MUNICÍPIO DE  
**CANGUÇU**

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CANGUÇU**  
CANGUÇU/RS, 18 DE NOVEMBRO DE 2021.

**MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO**  
Prefeito Municipal

**Registre-se e Publique-se**

**ROBERTA O. DA SILVA COUTINHO**  
Chefe de Gabinete do Prefeito



MUNICÍPIO DE  
**CANGUÇU**

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

Prefeitura Municipal de Canguçu  
Estado do Rio Grande do Sul

**DECRETO Nº 9.185/2022**

**“ALTERA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER - E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

**MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO**, Prefeito Municipal de Canguçu, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e em conformidade com a Lei nº 5.209/2021, de 18.11.2021;

**DECRETA:**

**ART.1º** - Ficam nomeados para o **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER**, os seguintes representantes das entidades referidas no artigo 7º da Lei nº 5.209/2021, de 18.11.2021:

**I – Representantes do Poder Público:**

**a) Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos:**

- Titular: Luciara Luna Lira
- Suplente: Neusa da Silva Doring

**b) Secretaria Municipal da Fazenda:**

- Titular: Fabiane da Silva Matias
- Suplente: Monica Gerke Westphall

**c) Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura:**

- Titular: Elizane Pegoraro Bertinetti
- Suplente: Amanda Basílio Barbosa

**d) Secretaria Municipal de Saúde:**

- Titular: Andreia Coelho Bettin
- Suplente: Liziane Lacerda Lange

**e) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Urbanismo:**

- Titular: Mara Viviane Gruppelli Konrad
- Suplente: Luciara Nunes Teixeira

**II- Entidades representativas da Sociedade Civil Organizadas:**

**a) Representantes do Rotary Club de Canguçu/RS:**

- Titular: Izair de Vasconcelos Leal
- Suplente: Rosane dos Santos Zanetti

**b) Representantes da EMATER RS:**

- Titular: Sheila Lopes dos Santos
- Suplente: Cleria Terezinha Jacondino



MUNICÍPIO DE  
**CANGUÇU**

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

Prefeitura Municipal de Canguçu  
Estado do Rio Grande do Sul

**c) Representantes da Associação do Comércio, Indústria e Serviços de Canguçu-ACICAN :**

- Titular: Patricia Borges Almeida
- Suplente: Thais Kohls

**d) Representantes da OAB:**

- Titular: Lia Gularte Leal
- Suplente: Diana Vargas Oliveira da Silva

**e) Representantes das Etnias:**

- Titular: Maica Tainara Soares Ferreira
- Suplente: Laura Storch

**ART. 2º** - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE  
CANGUÇU/RS., 05 DE AGOSTO DE 2022.

**MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO**  
Prefeito Municipal

**Registre-se e Publique-se**

**Aline Dutra Weber**  
Chefe de Gabinete do Prefeito